

# Secreta do governo cresce sem fiscalização

Josemar Gonçalves

Rubem de Azevedo Lima

Nem a Secretaria do Planejamento da Presidência da República — a SEPLAN — conhece a legislação sigilosa que criou os fundos secretos do Governo e, por esse motivo, não exerce nenhum controle sobre a destinação de tais recursos.

Em fins de 1987, durante a tramitação da proposta orçamentária no Congresso, o presidente José Sarney pediu o reforço daqueles fundos, elevando-os de 20 bilhões de cruzados (no projeto de Orçamento) para 191 bilhões e 400 milhões de cruzados. Em consequência desse aumento, o fundo de contingência passou de 0,62% para mais de 1,5% do Orçamento.

A Assembléia Constituinte aprovou, no projeto de que Constituição, a exigência de que todos esses fundos passem a constar, obrigatoriamente, das próximas propostas orçamentárias, com a legislação que autorizou sua existência. Se esse princípio for mantido, pelo menos o destino dos recursos secretos terá de ficar declarado, embora se preserve o sigilo dos programas nos quais eles serão aplicados.

Diversos constituintes atribuíram a crítica recente do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, ao esquema de distribuição das receitas públicas, entre União, estados e municípios, já aprovado pela Assembléia, a uma reação governamental contra a regra da transparência no caso dos fundos de contingência (dos quais são retirados os recursos para fundos secretos e para doações aos estados e Municípios, a fundo perdido, portanto sem serem soldados).

Por sinal, quanto à crítica de Mailson, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) disse ao JBr que «o Governo, pelo visto, pretende manter o sistema atual, em que os es-

tados vêm a Brasília de pires na mão, para obter, humildemente, favores do Palácio do Planalto».

«É uma pena que o ministro Mailson não tenha querido eleger-se constituinte, para defender, na Assembléia, a posição que sustenta no Ministério» — comentou o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), após lembrar que a norma contra a qual se insurgiu o titular da Fazenda fora aprovada após longa discussão, de que participaram representantes de todos os partidos.

Entre os fundos existentes no Orçamento, aprovado com a elevação solicitada por Sarney, constam os da Marinha (23 bilhões 941 milhões de cruzados para o Fundo Naval; 12 bilhões e 150 milhões para Estudos do Mar, e 906 milhões para Desenvolvimento do Ensino Profissional); os da Aeronáutica (5 bilhões e 667 milhões ao Fundo Aeronáutico, e um bilhão e 871 milhões para o Fundo Aeroaviário) e do Exército (oito bilhões 799 milhões de cruzados).

A confirmação do desconhecimento, pela SEPLAN, da destinação dos fundos de contingência, se deu, agora — conforme se informou na Assembléia — quando aquela secretaria apreciava, com o presidente Sarney e ministros da área econômica bem como com autoridades militares, os cortes de despesa governamentais, a serem determinados, para redução do déficit público. Todas as propostas de redução do fundo de contingência foram rejeitadas pelas assessorias militares. Estas, em contrapartida, defenderam o enxugamento de despesas supérfluas, como a redução das nomeações políticas de servidores. No governo Sarney, tais nomeações, na área civil, tinham chegado quase a 140 mil funcionários. Foi mostrado, então, que no último ano do Governo do ex-presidente João Batista Figueiredo tinham sido nomeados doze mil servidores civis para ministérios militares.

## CPI reivindica mais horários

Reunidos na manhã de ontem, os integrantes da CPI da Corrupção do Senado, decidiram — na expressão do relator, Carlos Chiarelli — prosseguir, “no mesmo rumo e vigor”, as investigações sobre irregularidades na intermediação de verbas da Seplan. Decidiram, também, aceitar a colaboração oferecida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Associação Brasileira de Imprensa e procurar o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para reivindicar a viabilização de horários mais amplos de funcionamento da CPI.

O presidente da Comissão, senador José Ignácio (PMDB-ES) confirmou a tendência da CPI de dar atenção especial ao Decreto n° 94.233, de abril do ano passado, que permite reajustamentos retroativos a novembro de 1986, nos contratos de fornecedores de obras e serviços do Governo. José Ignácio salientou que esse decreto colide com a legislação que regula o pagamento de obras públicas, inclusive o Decreto-lei n° 2.300, de 1986, e que proíbe reajustes de contratos em caráter genérico, como ocorre através do Decreto n° 94.233.

A estimativa que vem sendo divulgada indica que esse decreto representou um prejuízo ao País da ordem de 660 milhões de dólares. Um dos objetivos da CPI é apurar se esse é o real montante. Outro é apurar as razões que levaram o Governo a baixar o decreto, dois meses após revogar um diploma de teor semelhante mas que implicava

gastos de valor ligeiramente inferior — 600 milhões de dólares.

Apesar do interesse num tratamento preferencial para essa questão dos reajustamentos de contratos, José Ignácio admitiu que a CPI poderá enfrentar problemas na seleção de casos para investigação, porque a Comissão vem recebendo muitas denúncias sobre intermediações de verbas feitas inclusive por Tribunais de Contas dos Estados.

As dificuldades se tornam maiores diante do pouco tempo de que dispõem os senadores para participar das sessões da CPI. De acordo com o novo esquema de trabalhos da Constituinte, só não haverá votação em plenário nas manhãs de segunda e terça-feira e todas as tardes ficarão tomadas pelos trabalhos da Assembléia. Regimentalmente, os parlamentares não podem se dedicar a nenhuma outra atividade enquanto houver votação. Por isso o presidente da CPI ficou incumbido de procurar Ulysses Guimarães e reivindicar dele uma solução que permita uma maior flexibilidade nos trabalhos da Comissão.

Sobre a possibilidade de os atuais ministros, como o da Fazenda, Mailson da Nóbrega, se recusarem a comparecer à CPI, diante do parecer do consultor-geral da República, Saulo Ramos, pela inconstitucionalidade da Comissão, o relator Carlos Chiarelli afirmou que a CPI continuará fazendo normalmente as convocações sem levar em conta o parecer.